

REDES DE COMÉRCIO INTERNO DE CATIVOS: ORGANIZAÇÃO DOS NEGOCIANTES NA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XIX

*Rafael da Cunha Scheffer**

A experiência escravista brasileira na segunda metade do século XIX foi marcada pela intensificação do comércio interno de escravos. Com o fim do tráfico de africanos no início da década de 1850, a transferência de cativos para áreas mais dinâmicas da economia nacional teria provocado grandes deslocamentos desses trabalhadores. Robert Slenes calcula que, aproximadamente, 222.500 escravos foram transferidos entre as regiões brasileiras, no intervalo de 1850 a 1881.¹ Para muitos desses trabalhadores, as mudanças significaram a ruptura de laços familiares, a readaptação a novas normas de trabalho, disciplina e convivência.² Centenas ou milhares de quilômetros passaram a separar o antigo local de moradia daquele para o qual eram levados, impondo, por um lado, vários obstáculos à conquista ou retomada de melhores

* Professor da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), rafaelscheffer@unilab.edu.br

¹ Depois disso, a criação de elevados impostos tornou proibitivo esse comércio entre as províncias. Robert W. Slenes, “The Brazilian Internal Slave Trade, 1850-1888: Regional Economies, Slave Experience and the Politics of a Peculiar Market”, in Walter Johnson (ed.), *The Chattel Principle: Internal Slave Trade in the Americas* (New Haven: Yale University Press, 2004), pp. 331, 358-9.

² Reações a essas mudanças puderam ser observadas em diversos momentos, tendo sido exploradas em obras como: Sidney Chalhoub, *Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na Corte*, São Paulo: Companhia das Letras, 1990; Maria Helena Pereira Toledo Machado, *Crime e escravidão*, São Paulo: Brasiliense, 1987; e Joice Fernanda de Souza Oliveira, “Forasteiros no Oeste paulista: escravos no comércio interno de cativos e suas experiências em Campinas, 1850-1888” (Dissertação de Mestrado, Universidade Estadual de Campinas, 2013).

condições de sobrevivência e, por outro, grandes desafios logísticos para o exercício desse comércio.

Apesar do reconhecimento de sua importância e de trabalhos recentes voltarem a problematizar essa prática, poucos estudos se dedicaram a entender a dinâmica desse mercado, observando, sistematicamente, o seu funcionamento e a atividade dos negociantes. As pesquisas focadas no comércio interno se iniciaram na década de 1970, com a análise pioneira de Herbert Klein, “The Internal Slave Trade in Nineteenth-Century Brazil”,³ artigo em que discute a entrada de cativos na Corte, em 1852, percebendo a intensificação desse fluxo interno, destacando as regiões de origem dos escravos e algumas estratégias para a sua transferência. Em 1976, foi defendida a tese de doutorado de Robert Slenes, “The Demography and Economics of Brazilian Slavery: 1850-1888”,⁴ que aprofunda, e muito, essa discussão. Slenes aborda a constituição do mercado interno de cativos e suas principais características, lançando luz sobre a organização desse mercado, sua relação com as mercadorias mais importantes de cada região e o uso de procurações para a realização dos negócios. E mais: identifica os negociantes de escravos e observa o modo como atuavam na cidade de Campinas, realizando, assim, uma abrangente e rica análise do tema.

Anos depois, entre fins dos anos 1990 e início da década seguinte, o comércio interno de escravos voltou a ser alvo do interesse de outros pesquisadores no Brasil. Camila Flausino e Erivaldo Fagundes Neves, por exemplo, mostram a participação de comerciantes e firmas intermediando essas negociações em diferentes regiões do país — Minas Gerais e o sertão da Bahia, respectivamente —, as quais apresentavam características econômicas variadas como a lavoura de subsistência e a produção de alimentos para o mercado interno.⁵ A discussão lançada por

³ Herbert S. Klein, “The Internal Slave Trade in Nineteenth-Century Brazil: a Study of Slave Importations into Rio de Janeiro in 1852”, *The Hispanic American Historical Review*, v. 51, n. 4 (1971).

⁴ Robert W. Slenes, “The Demography and Economics of Brazilian Slavery: 1850-1888” (Tese de Doutorado, Stanford University, 1976); Slenes, “The Brazilian Internal Slave Trade”, pp. 325-70.

⁵ Erivaldo Fagundes Neves, “Sampauleiros traficantes: comércio de escravos do alto sertão da Bahia para o Oeste cafeeiro paulista”, *Afro-Ásia*, 24 (2000); Camila Carolina Flausino, “Negócios da escravidão: tráfico interno de escravos em Mariana, 1850-1888” (Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Juiz de Fora, 2006).

Neves foi enriquecida com a análise de Maria de Fátima Pires, que relaciona essa dinâmica com as mudanças no contexto escravista da região.⁶ Também contribuindo para esse debate, tem-se a análise de José Hilário Ferreira Sobrinho a respeito desse mercado no Ceará, no qual ele aponta não apenas a importância desse comércio, mas também seus impactos na comunidade cativa.⁷ Em outra ponta do território brasileiro, Gabriel Berute realizou uma detalhada pesquisa sobre os circuitos comerciais e o perfil demográfico dos escravos que chegavam ao Rio Grande do Sul, discutindo o posicionamento dos negociantes locais e seu papel na redistribuição interna dos cativos negociados.⁸ Para a região de maior dinamismo econômico do Império, Joice Oliveira apresentou, recentemente, uma pesquisa inovadora em sua dissertação, focando os impactos que o comércio interno exerceu sobre a vida dos cativos negociados.⁹ E, por fim, tornou-se uma referência obrigatória a detalhada pesquisa que José Flávio Motta realizou sobre o comércio interno de cativos na província de São Paulo, estudo em que demonstra como localidades em diferentes momentos da expansão cafeeira para o Oeste da província se relacionavam com o mercado nacional de cativos.¹⁰

Não obstante todos os avanços dos estudos aqui rapidamente relacionados, considero relevante investir maior atenção sobre uma importante variável que carece ser melhor compreendida: a estruturação das redes de comércio que ligavam distantes localidades do território nacional, relacionadas como localidades de origem e de destino dos escravos negociados. Pretendo aqui aprofundar uma discussão já lançada por Robert Slenes, explorando indícios por ele levantados sobre o funcionamento desse comércio, a partir dos quais passarei a expor novas

⁶ Maria de Fátima Pires, *Fios da vida: tráfico interprovincial e alforrias nos Sertões de Sima-BA (1860-1920)*, São Paulo: Annablume, 2010.

⁷ José Hilário Ferreira Sobrinho, “*Catirina, minha nêga, tão querendo te vende...*”: escravidão, tráfico e negócios no Ceará do século XIX (1850-1888), Fortaleza: SECULT/CE, 2011.

⁸ Destaco que a pesquisa de Berute trata de um período anterior ao fim do comércio transatlântico de escravos. Gabriel Santos Berute, “Dos escravos que partem para os portos do Sul: características do tráfico negreiro do Rio Grande de São Pedro do Sul, c. 1790-c. 1825” (Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2006).

⁹ Oliveira, “Forasteiros no Oeste paulista”.

¹⁰ José Flávio Motta, *Escravos daqui, dali e de mais além: o tráfico interno de cativos na expansão cafeeira paulista (Areias, Guaratinguetá, Constituição/Piracicaba e Casa Branca, 1861-1887)*, São Paulo: Alameda, 2012.

dimensões das estratégias utilizadas pelos negociantes para atuar nesse mercado. Busco, portanto, desenvolver uma compreensão ainda inédita do papel e das variadas práticas desenvolvidas pelos comerciantes de cativos no Brasil, entre as quais enfatizo o modo como as transferências eram realizadas, como os negociantes de cativos se posicionavam e agiam nesse mercado, que estruturas usavam para realizar cotidianamente seu comércio e como se relacionavam para construir um mercado nacional de cativos.¹¹ Dessa forma, o debate será centrado nas transferências interprovinciais e nos negociantes que atuavam nessa esfera, deixando de lado as transferências locais, apesar de reconhecida a sua importância.¹²

Para a análise dessas questões, o comércio de cativos foi investigado em diferentes cidades brasileiras do Sul e Sudeste. Com o objetivo de estudar locais que perderam escravos no comércio interno, analisei seis localidades do Sul do Brasil: Alegrete, Cruz Alta, Pelotas, Porto Alegre e Rio Grande, no Rio Grande do Sul, e Desterro (atual Florianópolis), em Santa Catarina. Na outra ponta desse mercado, selecionei Campinas, situada na área de expansão da cafeicultura paulista, localidade que ganhou cativos por meio do mercado interno. Em cada uma dessas localidades, consultei registros cartoriais, como notas de compra e venda, e procurações que autorizavam os comerciantes a vender cativos em nome dos senhores, focando, especialmente, o período entre 1860 e 1880. Cabe aqui lembrar que o registro público das compras e vendas de escravos tornou-se obrigatório somente no início da década de 1860, o que permite a compilação de informações preciosas sobre as movimen-

¹¹ Diversas discussões pertinentes referentes aos trabalhadores escravizados e ao movimento de transferência de cativos como um todo foram deixados de lado, pois meu objetivo neste artigo foi focar a temática da organização e da prática das transferências interprovinciais. Deixei de discutir como a população escravizada percebia e agia sobre esses processos, que grupos foram mais atingidos por essas transferências e seus impactos mais diretos. De outro lado, também evitei discutir o volume de cativos negociados e seu impacto nas regiões que vendiam e compravam essa mão de obra. Por fim, os reflexos desses deslocamentos e sua influência nos processos legislativos, com suas discussões e interesses em jogo, também foram temas pertinentes, mas deixados de lado para o presente artigo.

¹² Transferências locais e entre localidades próximas sempre existiram e continuaram a ser importantes mesmo na fase mais intensa do comércio interno. As compras e vendas em Campinas indicam isso ao apontar que 31,1% dos cativos foram negociados localmente e outros 15,7% dentro da própria província (para 6,9% dos cativos não foi obtida essa informação). Entretanto, este artigo visa o mercado nacional e, assim, as transferências interprovinciais e os comerciantes que nelas atuavam são o foco principal. Fonte: Escrituras de compra e venda de escravos encontradas nos 1º e 2º Tabelionatos de Notas de Campinas.

tações desse mercado.¹³ Além disso, analisei jornais nos quais foram anunciadas negociações dessa natureza. Por fim, pela identificação de pessoas envolvidas nesse comércio, foram também investigados alguns processos judiciais que continham maiores detalhes sobre o negócio e sua organização.

Para melhor organizá-la, essa discussão foi dividida em três partes: de início, são abordadas as diferentes posições que os negociantes ocupavam nesse mercado; em um segundo momento, são focados os arranjos que permitiam a participação de diferentes indivíduos e a construção de redes nacionais de transferência; e, por fim, é examinada a estrutura necessária para esse comércio.

Escravos em um mercado nacional

Em 20 de maio de 1868, João Mourthé realizou a venda de oito escravos para Antônio Francisco Guimarães, sendo ambos residentes na cidade de Campinas/SP.¹⁴ O grupo negociado por Mourthé reunia jovens cativos de origens diversas: quatro trabalhadores eram do Rio de Janeiro, dois catarinenses e dois maranhenses. A partir desse caso, podem-se levantar algumas questões. Como um comerciante de Campinas reuniu e trouxe para o interior paulista escravos de diferentes províncias? Como ele conseguiu convencer senhores para a venda e os deslocou de localidades tão distantes? Os documentos anexados à escritura de compra apresentam alguns indícios que ajudam a respondê-las.

Primeiramente, é importante destacar que Mourthé não era o proprietário dos cativos, mas, sim, um procurador com poderes concedidos pelos senhores para realizar as vendas. E ele não havia sido o único envolvido em tal transferência. José Moreira da Silva, um comerciante residente no Maranhão, era senhor dos escravos Gregório e Mathias, naturais dessa mesma província, com 14 e 12 anos de idade, respectiva-

¹³ O registro público das compras e vendas de escravos tornou-se obrigatório pelo Decreto n. 2699, de 28 de novembro de 1860, que obrigava o registro das transferências de cativos cujo valor fosse maior que 200\$000 reis.

¹⁴ Escritura de compra que faz Antônio Francisco Guimarães a João Mourthé, como procurador de João Francisco Pires e outros, de oito escravos, 20/05/1868, 1º Tabelionato de Notas Campinas, Cartório Campagnone, Livro de Notas nº 59, fl. 33v-38.

mente. Desejando vendê-los, José Moreira passou procuração, em 16 de março de 1868, para que Mendes Júnior & Fernandes negociassem seus cativos no Rio de Janeiro, ou transmitissem a outros essa incumbência. Na Corte, 21 dias após a concessão da primeira procuração — o que indica a realização de um traslado dos escravos por mar até a capital imperial —, Mendes Júnior & Fernandes repassaram esses poderes para João Mourthé, que efetuou a venda no interior paulista, no dia 20 de maio, conforme já mencionado. Entre a primeira procuração passada no Maranhão e a venda em Campinas, 65 dias haviam se passado.

Fato semelhante aconteceu com os cativos naturais de Santa Catarina. Apesar de terem essa origem apontada, ambos se encontravam na posse de senhores no Rio de Janeiro, ou seja, já haviam sido deslocados, anteriormente, do Sul para o Sudeste. Nesse caso, assim como no dos demais cativos pertencentes a senhores fluminenses, foram constituídos procuradores para cuidar da venda na Corte, onde todos foram repassados para João Mourthé. As transferências entre procuradores muitas vezes representavam a venda efetiva dos escravos, mas o documento referente ao trato não era lavrado, evitando-se o pagamento de impostos de transferência de propriedade, como se verá mais adiante.¹⁵

Os catarinenses Felipe e Eusébio tinham apenas 7 e 12 anos e pertenciam a Luis d'Avila, residente em Niterói. Frederico, também de 12 anos, era cativo de outro senhor de Niterói, e um senhor de Vassouras era o proprietário do cativo mais experiente do grupo, Elizário, de 34 anos. Os outros eram escravos de senhores residentes na Corte. Desse grupo, todos foram negociados em Campinas, entre 22 e 37 dias após a concessão da procuração que autorizava sua venda e, nesse intervalo, cabe ressaltar que passaram pelas mãos de um procurador na cidade do Rio de Janeiro antes de serem repassados a Mourthé. Os catarinenses e um dos cativos fluminenses tiveram um mesmo procurador responsável por sua venda, José Moreira Veludo,¹⁶ que acabou por transferir os direitos a

¹⁵ No caso específico de escravos, evitava-se, com este subterfúgio, o pagamento da meia sisa (5% do valor total do cativo transferido ou, em várias províncias, um valor fixo pago por cada escravo transferido).

¹⁶ José Moreira Veludo aparenta ser o mesmo negociante citado por Sidney Chalhoub no Capítulo 1 de *Visões da liberdade*, a propósito de um conflito com escravos que se desenvolveu na casa de comissões do mesmo na Corte. Chalhoub, *Visões da liberdade*, pp. 29-80.

João Mourthé. Este último, por sua vez, ia com frequência à Corte para adquirir cativos de negociantes lá estabelecidos, voltando, em seguida, para Campinas e região, onde residia e tratava de os renegociar.

Em Campinas, também foram frequentes as aparições de comerciantes estabelecidos em províncias distantes que viajavam para vender seus cativos naquela localidade. Esse foi o caso de Angelino Soveral, comerciante de Pelotas/RS, cujos registros das atividades encontram-se no interior paulista. Em 20 de fevereiro de 1877, Soveral vendeu seis escravos para Joaquim de Paula Souza Camargo, residente na sobredita paragem.¹⁷ A maior parte desses cativos era proveniente de Canguçu, uma vila próxima a Pelotas, e todos eram naturais da própria província do Rio Grande do Sul. Eram homens jovens, entre 16 e 21 anos, sadios e solteiros, matriculados como escravos de senhores de pequenas posses.¹⁸

Assim como Mourthé, Soveral não era o proprietário de direito dos cativos, mas o procurador dos seus senhores. Tendo-os convencido de que era vantajoso dispor dessa propriedade, Soveral conseguiu os poderes para negociar os trabalhadores e, depois de reuni-los, embarcou com eles para o Sudeste. Nessa transação, ele concentrou as tarefas de adquirir, manter, abrigar e transportar os cativos diretamente aos seus compradores finais, no interior de São Paulo, sendo também o responsável por repassá-los aos novos senhores em seu destino final.

Ambas as transações aqui descritas apontam características importantes do mercado interno de escravos no Brasil que se repetiram e revelam algumas possíveis variáveis. O uso das procurações, como aponta Robert Slenes, foi uma constante no comércio interno de escravos,¹⁹ mediante as quais os senhores e diferentes negociantes podiam transmitir entre si a autoridade para comercializar trabalhadores, sem a necessidade de registrar e pagar impostos pela transferência. Além disso, a transmissão desses poderes entre os traficantes possibilitou a construção de redes de transferência de cativos. Assim, os documentos

¹⁷ Escritura de venda de seis escravos que faz Angelino Soveral, como procurador de diversos, a Joaquim de Paula Souza Camargo, 20/02/1877, 1º Tabelionato de Notas Campinas, Cartório Campagnone, Livro de Notas nº 68A, fl.81-81v.

¹⁸ Nas matrículas apresentadas, esses escravos aparecem nas relações dos cativos como sendo o 3º, 4º ou 5º dos indivíduos possuídos por cada um dos proprietários.

¹⁹ Slenes, "The Demography and Economics", pp. 155-8.

de transferência foram parte fundamental no arranjo que permitiu a construção do mercado nacional de escravos, sendo melhor analisados na segunda parte deste artigo.

Outro aspecto essencial apontado pelas transações descritas foi a participação de comerciantes de diferentes pontos do país. Além disso, no cômputo das compras e vendas de cativos analisadas em Campinas, pode-se afirmar que existiram formas distintas de participação no mercado dos comerciantes de escravos.²⁰ João Mourthé, por exemplo, adquiriu escravos de várias e longínquas paragens em um único centro — o Rio de Janeiro — e os negociou no interior paulista, onde morava. Diferentemente, Angelino Soveral iniciou sua participação com a sondagem e o convencimento dos senhores para a venda dos cativos na província de sua residência, o Rio Grande do Sul, e, em seguida, o próprio negociante cuidou da manutenção, viagem e venda desses trabalhadores no Sudeste. Mas, de fato, esses não foram os únicos modos de transação de cativos entre as províncias do Império.

Visando a entender de forma mais profunda essas diferenças, apresento alguns casos selecionados, para demonstrar ao leitor a construção das redes nacionais de transferências. Partindo do local de um determinado comerciante nessa rede, discuto os mecanismos que o ligavam aos demais negociantes e permitiam a realização dessas transferências. O local de um indivíduo nessa rede está relacionado com a sua região de atuação e a sua posição no mercado interprovincial. Dessa forma, pode-se caracterizar um comerciante, morador em uma região em que eram vendidos os cativos, como uma ponta da rede que os importava; por outro lado, outros residiam

²⁰ Para a identificação desses indivíduos, foi usado um método já discutido por Robert Slenes em sua tese, que consiste no reconhecimento de comerciantes de escravos como pessoas que comercializaram, por meio de procurações, mais de quatro cativos, em mais de uma participação no mercado e em diferentes anos. Esse recorte de número se dá em uma tentativa de isolar negociantes de escravos, evitando-se, assim, pessoas que negociaram um pequeno número de cativos e em apenas uma ocasião, o que poderia indicar uma presença apenas episódica nesse mercado. O foco nas transações com o uso de procurações se explica também por esse motivo, na tentativa de separar os comerciantes dos senhores que vendiam seus próprios cativos. Baseia-se esse método de análise no estudo realizado por Slenes para Campinas, o primeiro trabalho a usar o método proposto, ou seja, a escolha das transações com mais de “x” escravos para identificar os comerciantes, partindo-se dessas para medir o tempo entre suas viagens para Campinas e, com isso, identificar os “especialistas” em escravos de determinadas regiões. Slenes, “The Demography and Economics”, pp. 594-686.

na extremidade contrária dessa rede, em áreas de captação ou compra de escravos para o mercado interno, regiões exportadoras; e, por fim, havia os indivíduos moradores em entrepostos comerciais.

Participação de comerciantes em diferentes locais do mercado nacional

Ao que parece, o mercado interno de escravos foi construído a partir da conexão entre comerciantes espalhados por todo o Brasil. Para compreender essas ligações, analiso como operavam esses negociantes em diferentes pontos do país, iniciando por indivíduos que residiam nas áreas que compravam cativos de outras regiões — no caso específico deste estudo, Campinas, no interior paulista. Por meio da pesquisa, percebi a atuação de “comerciantes procuradores”²¹ residentes nessa região, que forneciam trabalhadores aos senhores interessados, estabelecendo laços comerciais que podem ter sido bastante duradouros.²² Para isso, retomo o caso de João Mourthé, comerciante cuja atuação foi citada no início deste artigo e que, indiscutivelmente, se enquadra nesse perfil.

Mourthé foi o responsável pela negociação de centenas de cativos em Campinas, atuando entre as décadas de 1860 e 1880. Sua permanência no mercado e o grande número de indivíduos por ele negociados fazem dele uma figura-chave para entender-se o comércio nessa região. Analisando os cativos que vendeu, percebe-se que foram, em sua grande maioria, adquiridos no Rio de Janeiro. Eles originavam-se de diversas províncias brasileiras, e, geralmente, os grupos negociados incorporavam, assim, trabalhadores de origens variadas.²³ O negociante não tinha uma ligação estabelecida com uma fonte de escravos em determinada provín-

²¹ “Comerciantes procuradores” é uma categoria cunhada por Robert Slenes e identifica negociantes de escravos que usam o instrumento da procuração como forma de efetuar suas atividades. Slenes, “The Demography and Economics”, pp. 594-686.

²² Após o fechamento do comércio interno de escravos, o negociante João Mourthé tentou se inserir no negócio de máquinas de beneficiamento de café, na região de Campinas. Escrevendo a seus associados, Mourthé fala, por vezes, da necessidade de atender seus clientes, que tratavam com ele já há longa data.

²³ Os cativos negociados por ele vieram predominantemente do Nordeste brasileiro e eram naturais de diversas províncias dessa região. O Maranhão foi a principal fonte, seguido da Bahia, de Pernambuco, do Piauí e do Rio de Janeiro, tendo sido, também, o Rio Grande do Sul uma fonte importante no final da década de 1870.

cia, tendo acesso a eles nos grandes entrepostos de comércio do Sudeste. Tanto que a referência da passagem pelo Rio de Janeiro é encontrada em diversas procurações utilizadas por ele para vender cativos, incluindo a do escravo João, rapaz vendido por Mourthé em Campinas, no dia 18 de janeiro de 1870. Seu proprietário era um senhor de Cabo Frio/RJ que havia concedido os poderes para negociá-lo ao conhecido comerciante da Corte, José Moreira Veludo, já citado anteriormente em outra negociação envolvendo Mourthé, que depois repassou ao negociante de Campinas essa concessão.²⁴ Escravos provenientes do Maranhão, da Bahia, de Pernambuco e do Rio Grande do Sul, entre outros, seguiram esse mesmo caminho. Mourthé, como outros “comerciantes procuradores” do Sudeste, os obtinham nos entrepostos comerciais do litoral, com destaque para o Rio de Janeiro, para depois revendê-los no interior.

A ligação de Mourthé com a obtenção de cativos na Corte foi também explicitada em outra fonte: um processo no qual o comerciante foi acionado por um senhor que desejava devolver um cativo. Em 1877, o lavrador Francisco Aguiar de Barros, de São Paulo, entrou na Justiça na tentativa de “enjeitar” o escravo Cândido, que ele havia comprado poucos meses antes.²⁵ Segundo o comprador, Cândido tinha uma enfermidade, não comunicada no momento da venda, que o impedia de executar o serviço para o qual fora adquirido. Assim, desejava reverter a compra e ter seu dinheiro de volta. É interessante notar que o cativo foi comprado diretamente por Aguiar de Barros durante uma viagem a Rio Claro, no interior da província. Dessa forma, pode-se entender que João Mourthé ampliava sua área de atuação para além de Campinas, visitando muni-

²⁴ Escritura de venda de oito escravos que por si e como procurador faz João Mourthé a José Alves de Toledo Silva, 18/01/1870, 2º Tabelionato de Notas Campinas, Cartório Paula Leite, Livro de Notas nº 5, fl. 93v-94.

²⁵ Libelo cível movido por Francisco Aguiar de Barros contra João Mourthé, 18/4/1877, Centro de Memória da Unicamp (CMU), Fundo: Tribunal de Justiça de Campinas (TJC), 2º ofício, caixa 352, processo 6752. Enjeitar um escravo era o procedimento legal de devolver um escravo com uma doença ou problema que não havia sido relatado pelo vendedor, definido nas *Ordenações Filipinas*, Título XVII, do Livro 4 - “Quando os que compram escravos, ou bestas, os poderão enjeitar, por doenças ou manqueiras”. Disponível em: <<http://www.ci.uc.pt/ihti/proj/filipinas/14p798.htm>>, acessado em 17/10/2015. O caso em questão foi discutido em detalhes em outra oportunidade: Rafael da Cunha Scheffer, “A conturbada venda de Cândido: libelo cível de devolução de escravo e ação de um comerciante no Oeste Paulista (1877)”, in Eduardo França Paiva, Isnara Pereira Ivo e Ilton Cezar Martins, *Escravidão, mestiçagens, populações e identidades culturais* (São Paulo: Annablume, 2010), pp. 245-62.

cípios próximos. Após a acusação, o comerciante se defendeu e acabou absolvido. Em sua defesa, narrou que adquiriu Cândido juntamente com outros escravos em uma viagem ao Rio de Janeiro, em uma das visitas regulares que fazia àquela cidade. Segundo informações do processo, teriam sido constantes essas viagens de Mourthé à Corte,²⁶ que, relacionadas com o fato de ele ter realizado a venda do cativo em Rio Claro, nas proximidades de Campinas, mostram sua movimentação dentro de um mercado específico e bastante dinâmico na época.

De forma semelhante ao que fazia João Mourthé, outros negociantes residentes em Campinas também adquiriam cativos no Rio de Janeiro — ou outras localidades no Sudeste — para serem revendidos no interior paulista, entre os quais Thomaz Gonçalves Gomide Sobrinho, que anunciava, no início de 1876, a venda de excelentes escravos, entre eles carpinteiros, alfaiates e roceiros.²⁷ Como no caso de João Mourthé, as origens dos escravos negociados por Gomide são variadas; ainda que concentradas no Nordeste, há também um importante número de cativos do Sudeste e do Sul. A Bahia foi o local de origem da maior parte dos 27 escravos negociados por ele, mas o Rio de Janeiro e o Rio Grande do Sul também foram importantes fontes de trabalhadores. Recorrendo a anúncios nos jornais locais, Gomide se tornava conhecido na região pelos senhores à procura de trabalhadores. Vendeu, geralmente, de um a três escravos por negociação, mas, em casos isolados, também comercializou grupos mais numerosos de cativos em uma única transação.

Antônio de Araújo Almeida e Manoel Francisco Mendes também teriam sido negociantes de Campinas que realizavam essas transações. A origem dos cativos vendidos pelo primeiro concentrava-se no Nordeste, especialmente em Pernambuco, província da qual eram naturais grande parte dos 55 escravos cuja venda ele representou.²⁸ Suas negociações

²⁶ Libelo cível movido por Francisco Aguiar de Barros contra João Mourthé, 18/04/1877, op. cit., fl. 14-15, 19v.

²⁷ *Constitucional*, n. 174, 05/01/1876, Arquivo Edgard Leuenroth (AEL), Fundo: CECULT- Centro de Pesquisa em História Social da Cultura, Microfilme MR 0180.

²⁸ Bahia, Ceará e Paraíba são outras províncias de origem relevantes. Como esses “negociantes procuradores” muito provavelmente também adquiriam cativos na Corte, cabe questionar se esse perfil de escravos se dava mais por escolha dos negociantes campineiros ou por oferta de seus fornecedores cariocas. Talvez a ligação desses negociantes de entrepostos com uma fonte determinada de cativos possa ser a melhor explicação para a origem localizada de alguns grupos de trabalhadores.

eram, geralmente, de indivíduos isolados, sendo realizadas ao longo das semanas, com vários dias de intervalo entre uma e outra. Sobre Mendes, apesar de terem sido documentados, nas notas, poucos registros diretos de sua atividade, podem ser encontrados anúncios de que comprava e vendia escravos, realizando a intermediação por “módica porcentagem”, podendo ser procurado na Rua do Pórtico, esquina da Rua Lusitana, n. 69.²⁹

Outra forma de comerciantes de Campinas participarem desse mercado foi atuando como representantes de compradores, ou seja, “comerciantes procuradores” de senhores interessados em adquirir trabalhadores. Nessas transações, um senhor encomendava escravos a um negociante, combinando ou enviando instruções de compra determinando o perfil do trabalhador ou de um grupo. A partir dessa manifestação, os negociantes viajavam para entrepostos comerciais como o Rio de Janeiro,³⁰ realizavam as compras encomendadas e já assinavam as escrituras em nome dos compradores do interior paulista.

Talvez a própria atuação de comerciantes como Mourthé estivesse ligada, em parte, a essas encomendas — apesar de, no seu caso, não se restringir visivelmente a elas —, mas a maioria dos procuradores enviados para adquirir cativos para um senhor atuavam mais como seus intermediários ocasionais do que como negociantes. Talvez estivessem envolvidos em outros tipos de comércio ou fossem funcionários de tais proprietários de escravos. Esse último perfil esteve particularmente relacionado com a simples concretização de negócios já combinados, como o que Pedro de Araújo Rozo autorizou. Em 6 de fevereiro de 1875, ele constituiu Luiz Querino dos Santos e Joaquim Pinto de Oliveira Nunes como seus procuradores na Corte, para que assinassem a escritura de compra da escrava Raimunda a José Idelfonso Pereira de Gois.³¹ Ao que parece, o negócio já estava quase pronto, faltando apenas a assinatura dos documentos, para o que o senhor concedeu poderes à mencionada

²⁹ *Gazeta de Campinas*, n. 614, 19/11/1876, AEL, Fundo: CECULT, Microfilme MR 181. Infelizmente, não foi informado o valor dessa “módica porcentagem”

³⁰ Localidade citada frequentemente nas procurações de Campinas nas quais era concedido a um negociante o poder de comprar cativos para um senhor. Fonte: Livros de Notas do 1º e 2º Tabelionato de Notas de Campinas.

³¹ Procuração bastante que faz Pedro de Araújo Rozo, 06/02/1875, 2º Tabelionato de Notas Campinas, Cartório Paula Leite, Livro de Notas nº 13, fl. 81.

dupla. Apesar de a negociação não ter sido alcançada a partir das fontes, fica claro o uso da procuração apenas para finalizar o negócio.

A atuação de muitos desses comerciantes mostra a importância, para a sua atividade, dos entrepostos comerciais situados no Sudeste. Próximos aos senhores que necessitavam de cativos para a cafeicultura em expansão, negociantes residentes nessa área passaram a percorrer os principais centros comerciais da região em busca da desejada mão de obra, ofertando-a aos senhores locais ou adquirindo-a segundo suas instruções. Sua presença nas áreas de atração desses trabalhadores os ajudava a constituir contatos e, possivelmente, longas relações com os senhores locais. Volto a discutir sua organização e a prática dessas transferências mais adiante. A discussão prossegue, agora, analisando como ocorria a captação desses trabalhadores pela atuação dos comerciantes nas áreas que forneceram escravos para o mercado interno.

Como é conhecido pela historiografia, a elevação do preço dos cativos — especialmente no Sudeste — incentivou a venda de trabalhadores de áreas mais pobres ou menos deles dependentes para regiões mais dinâmicas, onde seu valor era mais elevado.³² Contudo, a introdução dos escravos no mercado nacional não era automática, pois dependia da ação de comerciantes estabelecidos nas localidades propensas a vendê-los e da maneira como esses se integravam ao mercado interno.

Buscando atrair senhores desejosos de se desfazerem de seus cativos, alguns comerciantes publicavam anúncios nos jornais locais:

Escravos

Quem tiver crioulos de 10 a 26, e crioulas de 8 a 14 anos de idade, se o quiser vender por muito bom preço e, sendo sadios e vistosos, dirija-se ao Largo da Praça nº 24, sobrado, aonde se compram esses escravos para seguirem para o Rio de Janeiro.

Victorino de Menezes.³³

³² Essa diferença de valores pode ser observada ao se compararem cativos com o mesmo perfil sendo negociados em diferentes regiões. Colocando-se frente a frente vendas de homens jovens, entre 22 e 23 anos, lavradores, em localidades como Campinas/SP, Desterro/SC e Porto Alegre/RS, percebe-se que, no interior paulista, esses trabalhadores eram negociados com preços entre 53,57% e 95,45% maiores do que os praticados no Sul. Rafael da Cunha Scheffer, “Comércio de escravos do Sul para o Sudeste, 1850-1888: economias microrregionais, redes de negociantes e experiência cativa” (Tese de Doutorado, Universidade Estadual de Campinas, 2012), p. 236.

³³ *O Despertador*, n. 572, 14/07/1868, Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina (BPSC), Fundo: Setor de Obras Raras. A grafia foi atualizada pelo autor.

Anunciando abertamente a compra de escravos por “muito bom preço”, Victorino de Menezes tornou-se uma figura de destaque, em Desterro, nesse tipo de transação. Porém, ao contrário de muitos outros negociantes, sua contribuição não foi pontual, tendo ele dedicado grandes esforços nessa atividade. Seus anúncios apareceram no fim da década de 1860 e ao longo de toda a década de 1870, sempre oferecendo bons preços para comprar cativos destinados ao Sudeste. Mas ele não esteve sozinho nesse tipo de negócio. Já em 1851, outros comerciantes locais anunciavam a compra de escravos para enviá-los para outras províncias:

Compra-se seis Escravos de ambos os sexos, com tanto que sejam criou-
los, sadios, com ofício ou sem ele, e tenham de 14 a 26 anos de idade,
e são para fora da Província: as pessoas que os quiserem vender podem
dirigir-se para tratar à loja de Ferraz Pinto.³⁴

Adquirir escravos na região para revendê-los no mercado interno surgiu, dessa forma, como uma oportunidade de lucros para diversos comerciantes e se estendeu ao longo das décadas seguintes. A partir dessa compra, os trabalhadores eram enviados para contatos comerciais ou negociados com outras firmas e comerciantes estabelecidos em entrepostos comerciais de maior vulto. Comerciantes de localidades menores enviavam os escravos, ou viajavam com eles, para cidades maiores, onde negociavam os cativos. A partir daí, como se discutirá mais adiante, esses cativos eram embarcados em linhas regulares de navegação para o Sudeste. Os negociantes podiam acompanhá-los na viagem, mandar agentes para esse fim ou mesmo enviá-los “à entregar”, viajando sob os cuidados da tripulação e sendo entregues a determinada pessoa no porto de destino.³⁵

Outra possibilidade era a de que os comerciantes residentes na área de captação de cativos viajassem até o Sudeste para revendê-los. Esse foi o principal diferencial dos já citados Victorino de Menezes e Angelino Soveral em relação a outros comerciantes de suas regiões. Além de tratar da aquisição dos escravos, eles se encarregavam do transporte e da negociação no mercado de destino, como é possível perceber-se

³⁴ *O Novo Íris*, n. 135, 11/07/1851, BPSC, Fundo: Setor de Obras Raras.

³⁵ Slenes, “The Demography and Economics”, p. 123.

em registros do porto de Desterro³⁶ e em notas de compra e venda em Campinas.

No dia 29 de outubro de 1879, por exemplo, o registro do porto acusou a partida de Menezes rumo ao Rio de Janeiro, levando consigo sete escravos; e, duas semanas depois, seu retorno sem cativo algum.³⁷ Sua presença também foi registrada no interior paulista em diversos momentos. Em 15 de junho de 1880, Menezes realizou a venda de três escravos para o tenente José Rodrigues Ferreira, de Campinas: Camilo, Benedicto e Manoel eram naturais de Santa Catarina, tinham entre 24 e 27 anos e eram matriculados nas coletorias de São José, Lages e Santo Antônio de Lisboa, respectivamente. O primeiro e o último eram de localidades litorâneas bastante próximas de Desterro, tendo sido escravos de senhores de pequenas posses. Excepcionalmente, Benedicto vinha da serra catarinense e foi matriculado como o escravo nº 22 na relação de seu senhor.³⁸ Três dias depois dessa primeira transação, o mesmo negociante intermediou a venda de outros três escravos para um senhor de Amparo/SP. Helena, Amélio e Athero eram também catarinenses, com 28, 11 e 26 anos respectivamente, todos matriculados em Desterro entre os poucos cativos de seus proprietários.³⁹

Os registros acima revelam um perfil de captação local de cativos na província de origem e de viagens de venda para o Sudeste. A sequência de vendas em Campinas, com os negócios se concentrando em poucos dias e o intervalo de semanas ou meses até que o nome do comerciante surgisse novamente indicam sua presença esporádica na realização das vendas, visto que sua residência era no Sul do Brasil. Geralmente, Menezes negociava grupos de um a nove escravos, que eram repassados em um espaço de três a quatro dias. Ao longo de um ano, diversas viagens de venda poderiam ser realizadas, a partir do ponto em que o negociante

³⁶ Por meio da Seção “Movimento do Porto”, publicada, em certos períodos, em jornais de Desterro.

³⁷ *O Despertador*, n. 1736, 29/10/1879, e n. 1741, 15/11/1879, Universidade Federal de Santa Catarina/ Biblioteca Universitária (UFSC/BU), Fundo: Setor de Obras Raras.

³⁸ Escritura de venda de três escravos que fazem Fernando Luiz da Rosa e outros, por seu procurador, ao Tenente José Rodrigues Ferraz do Amaral, 15/06/1880, 2º Tabelionato de Notas Campinas, Cartório Paula Leite, Livro de Notas nº 21, fl. 72v-74v

³⁹ Escritura de venda de três escravos que fazem Manoel Joaquim Rodrigues Sabino e outros, por seu procurador, a Joaquim Franco de Camargo, 18/06/1880, 2º Tabelionato de Notas Campinas, Cartório Paula Leite, Livro de Notas nº 21, fl. 78-79v.

reunia um grupo de escravos para comercialização. Em Pelotas, o citado Angelino Soveral desenvolveu sua atividade por vários anos. Seu padrão de atuação nos registros de Campinas é próximo do de Menezes, com sequências de vendas em poucos dias e grandes intervalos entre elas. Soveral negociava cativos naturais do Rio Grande do Sul, viajando com pequenos grupos de até nove escravos.⁴⁰

Além de adquirir e levar ao Sudeste cativos captados em suas regiões de residência, Menezes e Soveral, como faziam outros negociantes, também os enviavam para seus contatos naquela região. Ainda que tenham mantido, esporadicamente, algumas viagens em fins da década de 1870, é provável que ambos teriam começado a abastecer uma rede já estabelecida de comerciantes depois de manterem contatos nos locais de destino dos cativos, quando deixavam de lidar diretamente com toda a transferência,⁴¹ duas formas de atuação combinadas conforme seus interesses.

Fosse por meio dos comerciantes que viajavam para áreas importadoras de cativos, fosse por meio de outros que os remetiam para firmas e comerciantes estabelecidos em grandes centros, o fato é que o mercado nacional de escravos se construiu a partir da captação de trabalhadores realizada por esses indivíduos que abasteciam o comércio interno. Convém destacar que a atuação destes últimos ressalta, mais uma vez, a importância dos entrepostos comerciais e a dos negociantes aí residentes para o desenvolvimento do mercado inter-regional de escravos.

Dessa forma, com base em análises de procurações encontradas em Campinas, o Rio de Janeiro se destacou como o principal entreposto para o comércio interprovincial de escravos. Pela capital imperial passaram cerca de 27,5% dos trabalhadores negociados nessa área do interior paulista, por meio de procurações.⁴² Receber os trabalhadores de outras

⁴⁰ Como na venda de nove cativos realizada, em 28 de setembro de 1877, para Joaquim Fernando Paes de Barros, de Capivari. Escritura de venda de nove escravos que faz Angelino Soveral, como procurador, a Joaquim Fernando Paes de Barros, 28/09/1877, 1º Tabelionato de Notas Campinas, Cartório Campagnone, Livro de Notas nº 70, fl. 80v-81v.

⁴¹ Scheffer, “Comércio de escravos”, pp. 239-41, 251-3.

⁴² Essa passagem foi percebida porque “comerciantes procuradores” residentes ou de passagem por aquela localidade ali transferiram os poderes para outros negociarem os cativos pelos quais eram responsáveis, sendo esses finalmente negociados em Campinas ou região. Para chegar a esse número, somei as indicações de residência dos procuradores encontradas nas procurações anexadas às notas

partes do país e enviá-los para uma região na qual os senhores os desejavam era a atividade de diversos comerciantes e firmas estabelecidas em entrepostos comerciais. Além disso, abasteciam os comerciantes ou senhores do Sudeste que iam, eles mesmos, a essas localidades buscar os desejados cativos. O caso de João Mourthé e de outros negociantes residentes em Campinas, como visto anteriormente, deixa evidente a importância do Rio de Janeiro para a execução de seus negócios.

A partir da chegada dos escravos à Corte, negociantes independentes ou associados a outros que atuavam como seus agentes poderiam transferir cativos para o interior. Em Campinas, foram localizados registros da atividade de negociantes de outros entrepostos ou de agentes seus. Adquirindo os escravos ou recebendo de seus sócios ou patrões a incumbência de revendê-los no interior paulista, esses negociantes viajavam com os grupos de trabalhadores para a região marcada pela grande demanda de mão de obra.

O negociante João Carlos Hungria, residente por muitos anos em Sorocaba/SP, destaca-se como um comerciante de outro entreposto relevante para o interior paulista. Hungria foi responsável pela transferência de 62 cativos no período analisado, sendo quase todos matriculados na província do Rio Grande do Sul. Os indícios registrados nos documentos deixam a impressão de que ele adquiria os cativos enviados do Sul do Brasil pela rota das tropas de muares, que tinha a Feira de Sorocaba como um entreposto fundamental,⁴³ e, em seguida, os levava, juntamente com os que ele tinha adquirido de senhores locais, para venda em Campinas.

Assim, os entrepostos comerciais tiveram a dupla função de trazer escravos de variadas regiões do país e dar acesso a essa mão de obra para senhores de localidades que a buscavam. A importância desses entrepostos me parece inquestionável para o desenvolvimento de transferências inter-regionais. Seu papel na integração das diferentes “pontas” desse

de compra e venda de cativos nos dois tabelionatos de Campinas. Entretanto, para muitos dos cativos negociados em Campinas, não se dispõe da informação sobre o caminho percorrido até lá, o que, acredito, tenderia a apontar uma importância ainda maior da capital imperial.

⁴³ Essa hipótese foi levantada por Robert Slenes, que defendeu que parte desse comércio de cativos do Rio Grande do Sul para o Sudeste deve ter seguido as rotas de comércio de muares que se encaminhavam para Sorocaba para comercialização. Slenes, “The Brazilian Internal Slave Trade”, p. 332.

mercado permitiu a construção do mercado nacional de escravos, facilitando, ainda, a participação de pequenos negociantes nas transferências e ampliando o alcance e o volume do comércio.

Abre-se, assim, uma série de novos questionamentos sobre esse comércio, especificamente sobre sua organização. Como esses agentes se articularam? Que arranjos foram empregados para viabilizar essas transferências? Em suma, como foi construído esse mercado nacional que unia diferentes partes do país?

Arranjos que tornaram possível o mercado nacional de escravos

Ao que parece, o aspecto central na montagem da rede de transferência de cativos foi o emprego das procurações para dinamizar o comércio. Segundo Robert Slenes, a emissão desse instrumento foi constante no comércio interno de escravos e é, portanto, um importante indício da participação de comerciantes nas transações. Esse foi o modo encontrado por eles — incluindo Mourthé, Menezes e Soveral — para burlar os impostos de transferência dos cativos: ao obter procurações que lhes davam o poder de negociar os cativos, protelavam o pagamento das taxas de transferência de propriedade e o seu registro em cartório, para que fosse feito uma única vez, depois da venda ao proprietário definitivo.⁴⁴ Dessa forma, o emprego das procurações ocultava uma relação de compra e venda na qual o senhor vendia o cativo ao “comerciante procurador”, que, legalmente, recebia apenas o poder de negociar o trabalhador, não detendo a sua propriedade, o que lhe desobrigava do imposto de transferência sobre essa primeira negociação.⁴⁵

E, entre os “comerciantes procuradores”, repassar a faculdade de

⁴⁴ Slenes, “The Demography and Economics”, pp. 155-8.

⁴⁵ A meia sisa era um imposto sobre a transferência da propriedade escrava. Ele correspondia, originalmente, a 5% do valor do cativo e derivava da sisa, um imposto de 10% sobre a transferência de propriedade. Devia ser paga na ocasião de compra, venda, doação ou outra forma de transferência de cativos. A meia sisa foi instituída no Brasil pelo Alvará de 3 de junho de 1809, inicialmente incidindo apenas sobre o valor dos escravos ladinos comprados e vendidos no território brasileiro, sob pena de nulidade da transação e multa das partes envolvidas. O texto original pode ser visto em: <<http://www1.ci.uc.pt/ihti/proj/filipinas/l2pa510.htm>>, acessado em 01/11/2014.

negociar um cativo permitia encadear as vendas e revendas por meio desse instrumento, construindo redes de transferência de trabalhadores. Indiscutivelmente, a capacidade de substabelecer ou transferir o poder de venda aparece com frequência nas procurações, mostrando o grande interesse dos comerciantes por esse mecanismo. Os dados recolhidos em Campinas confirmam tal impressão e sua relevância para o comércio interprovincial: essas procurações serviram para intermediar a venda de 93,9% dos escravos trazidos para o interior paulista a partir do mercado interprovincial. Da mesma forma, não se pode negar a relevância dos “comerciantes procuradores” para a execução dessas transferências.⁴⁶

Podem-se ver exemplos desse encadeamento de procurações na venda realizada por Mourthé, apresentada no início do texto, e também no caso a seguir. Em 7 de fevereiro de 1870, Joaquim de Paula Vilarinho, de Campinas, vendeu ao senhor Francisco de Paula Ferraz Sampaio, residente em Itu/SP, quatro escravos.⁴⁷ Manoel, Sebastião, Benedicto e Francisco, naturais da Bahia e do serviço de lavoura, tinham entre 20 e 23 anos e eram cativos de quatro senhores diferentes: dois baianos, um carioca e outro de residência não informada. Em comum, todos eles passaram procurações para que negociantes vendessem seus cativos. Como apontado anteriormente, o registro de uma procuração que autorizava um indivíduo a vender o escravo já escondia, na realidade, uma relação de venda. Em troca desse poder, um “adiantamento” era pago ao senhor do cativo. E essa procuração poderia ser substabelecida a outros negociantes, com o cativo sendo repassado entre eles, até a venda final, quando era feito o registro de sua compra e paga a meia sisa pela sua transferência.

Foi assim que o capitão Justino Gomes de Oliveira, senhor de Sebastião, passou uma procuração, permitindo que Antônio Chrisóstomo Corrêa vendesse seu escravo em Caetitê/BA, no dia 14 de junho de 1868. Um mês e meio depois, já em Salvador, esse primeiro procurador repassou os poderes para Antônio José da Costa Júnior, que, em seguida, os repassou para Antônio Joaquim Vieira de Carvalho & Cia, do Rio

⁴⁶ Scheffer, “Comércio de escravos”, p. 83.

⁴⁷ Escritura de venda de quatro escravos que faz o Alferes Joaquim de Paula Vilarinho, como procurador, a Francisco de Paula Ferraz Sampaio, 07/02/1870, 2º Tabelionato de Notas Campinas, Cartório Paula Leite, Livro de Notas nº 6, fl. 2v-3v.

de Janeiro. Dois meses depois, a faculdade de negociar Sebastião foi repassada, na Corte, para o referido Vilarinho, que vendeu o escravo em Campinas quase um ano e meio após a concessão da primeira procuração. Apesar de esse tempo decorrido até a oficialização do negócio chamar a atenção, os documentos — tanto as notas quanto as procurações usadas para sua execução — não contêm informações sobre as condições em que Sebastião esteve durante esse intervalo de tempo, sob o poder de Vilarinho.⁴⁸

Um aspecto importante no estudo das procurações é a possibilidade de verificar as rotas utilizadas, como no caso acima e também no seguinte. Escravo natural do Rio Grande do Sul, solteiro e com 24 anos de idade, Paulo teve sua venda autorizada pelo senhor, o capitão Agostinho Pereira de Almeida, morador em Santa Maria/RS, em 13 de novembro de 1878. Na procuração transcrita junto à escritura de compra e venda, João Pereira de Almeida, João Carlos Hungria e João Egydio de Sousa Aranha receberam a autorização de negociar o cativo “em qualquer parte deste Império”.⁴⁹ Assinado em Santa Maria, interior da província, esse documento permitiu a venda de Paulo em Campinas três meses após a concessão dos poderes. Por ter vindo de uma localidade no interior gaúcho, ligada a Sorocaba (residência de Hungria) pela rota de transporte de gado, e levando-se em consideração o tempo decorrido entre as ações, pode-se supor que Paulo tenha sido enviado por terra, acompanhando uma das tropas a caminho do Sudeste.

Ao registrar-se o caminho de um cativo mediante os locais de estabelecimento e substabelecimento desses documentos, essa fonte deixa patente a diferença existente entre os casos vistos anteriormente. Podem-se ainda obter várias pistas sobre como os trajetos foram percor-

⁴⁸ Podem-se sugerir algumas hipóteses, contudo. Como a viagem e a transferência dele para o Rio de Janeiro já teriam sido executadas quando os poderes foram transferidos ao negociante de Campinas, pode-se imaginar que Sebastião foi, pouco tempo depois, levado para o interior paulista. Nessa localidade, ou ele ficou em poder do negociante, talvez trabalhando para ele entre as tentativas de venda, ou foi entregue, para teste, a um ou mais possíveis compradores. O período de teste de um escravo com um futuro comprador foi uma prática apontada por Sidney Chalhoub e observada em minha pesquisa. Chalhoub, *Visões da liberdade*, pp. 52, 72-5.

⁴⁹ Escritura de venda de sete escravos que faz João Carlos Hungria, por si e como procurador de outros, ao Comendador Joaquim Polycarpo Aranha, 11/02/1879, 2º Tabelionato de Notas Campinas, Cartório Paula Leite, Livro de Notas nº 5A, fl. 185v-188.

ridos, os prazos entre as ações e como os comerciantes atuavam nessas etapas. É um ponto que chama a atenção na comercialização de escravos no Brasil, especialmente na sua aquisição em regiões vendedoras, é a grande participação de pequenos comerciantes nesse negócio. Apesar de a atuação de alguns poucos grandes negociantes ser, em geral, mais importante para o total das transferências interprovinciais, devo afirmar que muitos indivíduos participaram desse comércio. Responsáveis por estabelecimentos de diversas naturezas, em alguns momentos eles acabaram intermediando negociações de cativos, como indicam os anúncios abaixo:

Vende-se um crioulo de nome Theodoro com 18 anos de idade, cozinha, lava, engoma, e faz outros serviços, para ver-se na cadeia, e para tratar-se: na praia comprida com João Mannenback e na cidade com Ferraz Pinto.⁵⁰

Vende-se um escravo de nação, de 18 anos de idade, de boa figura e sem vícios, acostumado ao serviço da roça e de remar em canoas: quem o pretender dirija-se para tratar à rua do Príncipe nº 9 na loja. Na mesma loja vende-se chá superior de São Paulo e 1.280 rs. a libra, velas boas de sebo de 8 em libra a 7\$000 a caixa; muitas fazendas de diferentes qualidades muito em conta, assim como uma pequena porção de barbatana de baleia para coletes de Senhoras.⁵¹

Para a maior parte desses pequenos negociantes, o comércio de escravos não foi a atividade principal. Com muito maior frequência, anunciavam, nos mesmos jornais, a chegada de produtos em suas lojas ou seus outros negócios. O próprio Ferraz Pinto noticiou, pouco tempo depois, a chegada de novos itens e as diversas mercadorias à venda em sua loja, que variavam de tesouras a charutos, de pentes a camas.⁵² Diante de tal publicidade e do pequeno número de cativos negociados por esse grupo,⁵³ pode-se entender que eles não se dedicavam a esse negócio, mas

⁵⁰ *O Novo Íris*, n. 109, 04/04/1851, BPSC, Fundo: Setor de Obras Raras.

⁵¹ *O Novo Íris*, n. 120, 16/05/1851, BPSC, Fundo: Setor de Obras Raras.

⁵² *O Novo Íris*, n. 127, 13/06/1851, BPSC, Fundo: Setor de Obras Raras.

⁵³ Rafael da Cunha Scheffler, “Tráfico interprovincial e comerciantes de escravos em Desterro, 1849-1888” (Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Santa Catarina, 2006). Ver Capítulo 3 - Comerciantes de escravos em Desterro, pp. 98-123.

participavam dele conforme as oportunidades. Quando era viável, adquiriam cativos em suas regiões de residência e os enviavam para contatos comerciais em entrepostos maiores mediante o uso das procurações.

Em Desterro/SC e em várias localidades do Rio Grande do Sul, especialmente as mais próximas do litoral, foi recorrente a transferência ou antecipação dos poderes de comercializar escravos de um negociante local não especializado para indivíduos ou firmas estabelecidas em entrepostos comerciais maiores. Assim aconteceu em Canguçu/RS, quando, em 20 de maio de 1875, Joaquim José Barbosa concedeu poderes para que outros negociassem seu escravo Vicente, um campeiro de 26 anos, natural do Rio Grande do Sul. Segundo a procuração, essa autorização foi concedida a Wenceslau José Gomes, em Pelotas, e à firma Bastos, Souza & Cia, no Rio de Janeiro.⁵⁴ Nesse caso, imagino que dificilmente a firma carioca estivesse diretamente envolvida na negociação entre o senhor de Vicente e Wenceslau, mas é possível que houvesse um contato ou mesmo um acordo da firma com o referido intermediário. Assim, o negociante de Pelotas teria adquirido e enviado o escravo para o Sudeste em troca de uma comissão ou taxa fixa.⁵⁵

Analisando-se as procurações registradas nos cartórios das cidades selecionadas no Sul do Brasil, observa-se que uma série desses documentos autorizam a negociação de escravos por negociantes e firmas estabelecidas em outras partes do país. Em Porto Alegre, por exemplo, as procurações de 77,7% dos trabalhadores faziam referência à sua negociação no Rio de Janeiro, mostrando uma forte ligação de negociantes estabelecidos na capital gaúcha com contatos na Corte.⁵⁶ As indicações de outras cidades em que outros procuradores estariam autorizados a vender os cativos também deixam transparecer as ligações entre diversas localidades. Em Alegrete, na Campanha gaúcha, a maior parte das autorizações que indicavam um comerciante de fora da cidade apontava para procuradores em Pelotas e

⁵⁴ Procuração bastante que faz Joaquim José Barbosa, Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (APERS), Fundo: Tabelionato do município de Pelotas, Subfundo: 1º Tabelionato de Notas de Pelotas, Livro de Procurações nº 2, fl. 192-192v.

⁵⁵ Indícios sobre o pagamento de taxas ou de comissões para agentes e intermediários foram encontrados em alguns momentos e serão discutidas mais adiante.

⁵⁶ APERS, Fundo: Tabelionatos de Porto Alegre, Subfundo: 1º e 2º Tabelionatos de Porto Alegre, Livros de Procurações.

para Porto Alegre como o segundo entreposto mais citado, com somente uma referência ao Rio de Janeiro.⁵⁷ Já em Pelotas, a maior parte das procurações indicava a possibilidade de o cativo ser vendido “neste império”, com o Rio de Janeiro também sendo seguidamente citado.⁵⁸

No registro das procurações, adiantar o nome e o lugar de atuação de futuros ou possíveis negociantes foi uma prática relativamente comum. Minha leitura sobre essa prática indica, em muitos casos, a existência de acordos prévios — e não declarados abertamente nessa fonte — entre negociantes ou entre eles e casas comerciais, resultando na construção de redes de transferência futuras ou possíveis. Digo futuras ou possíveis pelo fato de, em certos momentos, essas procurações indicarem vendedores em mais de uma localidade e não necessariamente em um mesmo caminho ou direção. Seriam, sim, possibilidades abertas a serem exploradas conforme o contexto ou o interesse do grupo de negociantes envolvido.

Exemplificando essa questão, tem-se o adiantamento dessa rede de transferências desenhado por Manoel Antônio Victorino de Menezes. No fim da década de 1870, ou seja, já com anos de experiência nessas transferências, Victorino de Menezes passou frequentemente a adiantar outros negociantes nas procurações que ele registrava em Desterro/SC. Assim aconteceu em 7 de janeiro de 1879, quando João Pombinho da Silva, residente em Desterro, constituiu como seus procuradores para realizarem a venda de sua escrava Benvinda, os senhores Manoel Antônio Victorino de Menezes, em Desterro — que, na realidade, fez o negócio com o comprador —, Frederico de Freitas Noronha, no Rio de Janeiro, e Manoel Jorge Graça, em Campinas.⁵⁹ Com a emissão desse

⁵⁷ APERS, Fundo: Tabelionatos de Alegrete, Subfundo: 1º e 2º Tabelionatos de Alegrete. Cabe destacar o baixo número de procurações encontradas, 44 documentos que autorizavam a venda de 47 escravos. A representação das cidades citadas foi a seguinte: Pelotas – 17,0%; Porto Alegre – 6,4%; e Rio de Janeiro – 2,1%.

⁵⁸ APERS, Fundo: Tabelionatos de Pelotas, Subfundo: 1º, 2º e 3º Tabelionatos de notas de Pelotas. Foram localizadas procurações que autorizavam a venda de 406 escravos: 3,6% deles tinham a Província do Rio Grande do Sul como local apontado para a sua negociação; 44,6% podiam ser negociados “neste Império”; 30,6%, no Rio de Janeiro; e 10,0%, na cidade de Pelotas. A expressão “neste império” dava liberdade aos comerciantes de levarem os trabalhadores para as áreas mais interessantes para a venda. Acredito, contudo, que, muitas vezes, ela mascarou a referência à Corte, visto que muitos dos comerciantes autorizados a negociar os cativos “neste império” residiam, na verdade, no Rio de Janeiro.

⁵⁹ Procuração bastante que faz João Pombinho da Silva, 07/01/1879, Cartório Kotzias, Livro de Notas nº 44, fl. 5-5v.

único documento, o negociante de Santa Catarina já poderia promover o deslocamento do cativo e sua negociação, acionando aqueles contatos ou parceiros comerciais já conhecidos e também registrados na procuração. Cá está um exemplo de como essa fonte documental revela a construção da rede de transferência dos trabalhadores, apresentando os possíveis envolvidos na negociação.

Como já visto, Victorino de Menezes foi um comerciante de cativos muito ativo durante a década de 1870 em Santa Catarina, tendo realizado diversas viagens de venda desses trabalhadores para o Sudeste. Depois de estabelecer contatos nessa região, ele poderia se eximir de fazer viagens regulares para Campinas, responsabilizando-se, apenas, em providenciar o transporte dos escravos enviados aos demais integrantes de sua rede de contatos. A citação recorrente a casas comerciais por parte de negociantes estabelecidos em outras cidades também aponta para um arranjo semelhante, mostrando como as procurações organizavam essa movimentação da população escravizada.

Nos entrepostos comerciais, pela transferência dos poderes contidos nesses documentos, outros comerciantes ou seus agentes levavam os trabalhadores para as regiões desejosas dessa mão de obra. Januário Bento Gonçalves Pereira, responsável pela venda de 34 escravos em Campinas, parece se enquadrar como um negociante de escravos no interior, que partia de uma base fixa em um entreposto comercial. Residente no Rio de Janeiro, Gonçalves Pereira recebia nessa cidade o poder de negociar os trabalhadores, viajando, em seguida, para o interior paulista, onde realizava as vendas poucas semanas após ter sido autorizado. No dia 23 de maio de 1866, por exemplo, esse negociante agiu como procurador na venda de dez escravos para o tenente Francisco de Paula Moraes.⁶⁰ Nessa transação, as procurações indicaram os diferentes caminhos pelos quais os cativos passaram até chegarem ao comerciante. Na Corte ou em localidades próximas, os senhores de alguns desses cativos tornaram Gonçalves Pereira o seu procurador para realizar as vendas. Mas, para os cativos de localidades mais distantes, de senhores da Bahia, de

⁶⁰ Escritura de venda de dez escravos que faz Januário Bento Gonçalves Pereira, como procurador, ao Tenente Francisco de Paula Moraes, 23/05/1866, 2º Tabelionato de Notas Campinas, Cartório Paula Leite, Livro de Notas nº 1, fl. 8v.

Pernambuco e do Rio Grande do Sul, o negociante Delfino Ribeiro de Abreu, estabelecido no Rio de Janeiro, esteve sempre envolvido, sendo ele o “comerciante procurador” que, finalmente, repassava a faculdade de negociar os cativos para aquele que os levaria aos compradores.

Além do caso de Januário Bento Gonçalves Pereira, pude verificar a presença repetida de “comerciantes procuradores” ocupados somente com essa ponta final do comércio, fazendo chegar escravos da capital do Império ao interior paulista. Nos registros em Campinas, o nome de Gonçalves Pereira apareceu sempre ligado a esse último trecho, em várias ocasiões sendo acionado — constituído procurador —, depois que o cativo havia sido adquirido pelo sobredito Delfino Ribeiro de Abreu. Apesar da perceptível proximidade entre ambos os comerciantes, não é possível saber se o contato entre eles foi estabelecido mediante uma sociedade, com os dois dividindo os lucros da transação, ou se Gonçalves Pereira apenas adquiria, por conta própria ou escolha, os escravos de Ribeiro de Abreu. A primeira opção me parece mais provável, levando-se em consideração a repetição dessa ligação ao longo do período em análise.

Outra forma de negócio de cativos nos entrepostos comerciais foram as viagens de senhores ou de seus encarregados para aí adquirir diretamente essa mão de obra. Esses intermediários agiam de forma muito mais direta em relação aos desejos senhoriais, seguindo instruções passadas por um senhor. Em 4 de outubro de 1874, por exemplo, o fazendeiro Joaquim Paulino Barbosa Aranha, do termo de Campinas, constituiu, segundo suas instruções, a Sousa, Irmão & Rocha como seus procuradores no Rio de Janeiro para a compra de 25 escravos.⁶¹ Além de reafirmar, mais uma vez, a importância do Rio de Janeiro como entreposto na comercialização de cativos, esse documento aponta uma maneira de um fazendeiro do interior adquiri-los, evitando alguns atravessadores. A busca por melhores preços, evitando-se mais intermediários, e por um perfil específico de trabalhadores, seguindo a compra as instruções do fazendeiro e não apenas o lote oferecido, são incentivos presentes nesse tipo de intervenção do comprador.

Em suma, analisando-se as procurações usadas nas várias relações

⁶¹ Procuração bastante que faz Joaquim Paulino Barbosa Aranha, 04/10/1874, 2º Tabelionato de Notas Campinas, Cartório Paula Leite, Livro de Notas nº 12, fl. 79v-80.

comerciais de escravos em Campinas, salta aos olhos o encadeamento de “comerciantes procuradores”, assim como a formação de uma rede entre eles, para a execução das transferências. Foram localizados documentos que autorizaram a venda de 950 cativos no interior paulista, e observa-se, em cada um, o número de intermediários que atuaram, os quais poderiam variar de 1 a 28 procuradores.⁶² Não obstante essa diferença, convém destacar que a participação média de procuradores em cada transação foi relativamente baixa, sendo de 2,11 indivíduos envolvidos para cada negociação efetivada.

Essas médias variam um pouco quando se comparam o número de procuradores que participavam das transações com o tipo de comércio, fosse interprovincial, intraprovincial ou local. A maior variação foi encontrada no comércio interprovincial, com um número máximo de 28 procuradores sendo autorizados a vender um cativo, ou recebendo poderes para isso, mesmo sem participar de fato. Mesmo assim, a média de procuradores em cada transferência foi de 2,35 intermediários, o que se aproxima dos números estimados por Robert Slenes.⁶³ O número de participantes foi um pouco superior à média de 2,22 procuradores em cada venda nas transações intraprovinciais, uma com variação entre um e seis encarregados para cada transferência. Já no comércio local, o número de participantes em cada venda foi menor, com uma média de 1,12 indivíduos e uma variação entre uma e três pessoas.

Essas relações podem ser explicadas pelas distâncias envolvidas, porque as transferências inter-regionais ou entre províncias envolviam, muitas vezes, escravos que eram repassados entre vários comerciantes. Ao mesmo tempo, encontram-se diversos casos de negociantes de províncias que viajavam para o interior paulista para vender os cativos sob seu poder, o que eliminaria ou, no mínimo, diminuiria a necessidade de

⁶² Lembrando, mais uma vez, que nem todos os procuradores arrolados se envolveram necessariamente com a transação. Em diversos momentos, tem-se mais de uma pessoa indicada como procurador em uma localidade, mas apenas uma delas transmite novamente os poderes ou vende o escravo, significando que a procuração abria mais um campo de possibilidade de atuação do que indicava necessariamente a participação de um indivíduo.

⁶³ Analisando a participação de procuradores nas transações interprovinciais, Robert Slenes afirmou que encontrou normalmente três ou quatro procuradores como responsáveis pelas transferências, estimativa próxima do que foi observado acima. Slenes, “The Brazilian Internal Slave Trade”, p. 343.

outros procuradores e ajuda a entender a média baixa de participação nesse tipo de transferência.

Assim, as transferências interprovinciais que não envolveram a viagem de comerciantes provinciais ocupavam, geralmente, três procuradores, com o seguinte modelo: um comerciante na localidade exportadora; um intermediário regional ou nacional, principalmente no Rio de Janeiro; e o encarregado de vender esse cativo no interior paulista, que podia ser um comerciante da localidade importadora ou um representante de firmas do Rio de Janeiro. Esse foi o tipo de rede comercial que respondeu pelas transferências nacionais de cativos, que, com algumas variações, foi a principal responsável por suprir Campinas de trabalhadores escravizados, na segunda metade do século XIX. A presente pesquisa reforça o já afirmado por Robert Slenes e Sidney Chalhoub, haviam discutido essa organização básica da rede de comerciantes, que era construída valendo-se do desenvolvimento de meios de comunicação e transporte que permitiam uma melhor comunicação entre diferentes pontos e mercados do Brasil, por meio do telégrafo e do desenvolvimento de linhas regulares de navios a vapor.⁶⁴

Para entender-se melhor o contexto dessas transferências, cabe ainda examinar-se o tempo decorrido para cada uma delas. Para tanto, é preciso observar-se o intervalo entre a concessão do poder para vender-se um escravo, a primeira procuração que concede esse poder, e o momento de sua venda em Campinas, quando esse poder fora usado. Dessa forma, fica evidente o período no qual o procurador ou procuradores detiveram o poder de negociar os cativos. Uma gama de situações pode ter ocorrido nesse meio tempo: o escravo poderia acompanhar ou não o procurador encarregado de vendê-lo, viajando com ele ou esperando em alguma localidade pela conclusão dos negócios. Assim, depósitos, viagens de venda e períodos de avaliação,⁶⁵ por parte de compradores, poderiam marcar o tempo em que esses trabalhadores estiveram em companhia dos comerciantes.

Como pode ser previsto, as distâncias distintas envolvidas no

⁶⁴ Slenes, "The Demography and Economics", p. 138; Chalhoub, *Visões da liberdade*, pp. 43-4.

⁶⁵ O período de experiência citado anteriormente, no qual o possível comprador poderia utilizar o trabalho de um cativo sem ter ainda realizado a sua compra, foi discutido por Sidney Chalhoub em *Visões da liberdade*. Chalhoub, *Visões da liberdade*, pp. 52, 72-5.

comércio de escravos tiveram um impacto significativo nos períodos de tempo transcorridos para a concretização dos negócios. No comércio interprovincial, os escravos ficaram sob o poder dos procuradores por 117,24 dias, em média, com variações observadas entre um mínimo de onze dias e um máximo de 1.128 (cerca de três anos e um mês).⁶⁶ Houve uma redução drástica nesse tempo em relação a outras distâncias envolvidas nesse comércio: o intervalo médio entre a cessão do poder da venda e a escritura caiu para 26,06 dias nas transferências dentro da província de São Paulo e para 16,55 dias nas transações locais. Nas duas últimas, observa-se, para a realização da venda, em ambos os casos, um intervalo mínimo de um dia ou até o mesmo dia da outorga da procuração, e um máximo variando de 2.100 dias, para o comércio intraprovincial (mais de 5 anos e meio!), a 329 dias, para aquele realizado localmente. A amplitude dos intervalos de tempo deixa entrever a variedade de situações em que os escravos foram transferidos, alguns tendo saído do controle de seus antigos senhores e, quase imediatamente, sendo envolvidos em um novo cativeiro, ao passo que outros viveram, provavelmente, um longo tempo de incertezas entre o poder de procuradores e de possíveis compradores.

Há alguns exemplos de vendas que foram realizadas no mesmo dia da outorga das procurações ou no dia imediato. Nesses casos, pode-se levantar a questão de que a concessão dos poderes poderia ter-se dado somente para o cumprimento da formalidade de assinatura da escritura, uma vez que o negócio já poderia estar concluído. Procurações dadas por senhores que já indicavam quem seria o comprador ou o vendedor, além do escravo desejado — às vezes, até o preço a ser pago já era estipulado — demonstram que a negociação já havia sido realizada, restando apenas a parte burocrática de pagamento de impostos, taxas e assinatura de documentos, que ficaria a cargo dos procuradores. Destaco, porém, esse tipo de caso como exceção, pois, para a grande maioria das transferências, parece ter havido um intervalo de tempo de alguns dias para estudo ou

⁶⁶ O cálculo desses intervalos de tempo foi aproximado, com os intervalos superiores a um mês sendo calculados com uma base de 1 mês=30 dias. Exemplificando: se a procuração que autorizava a venda do cativo foi passada em 30 de maio e sua venda realizada em 5 de setembro, o tempo calculado, para agilizar a contagem na série, foi de 95 dias (3 meses=90 dias + os 5 dias de setembro). Os dias 31 dos meses de maio, julho e agosto deixaram de ser contados, provocando um erro de três dias no intervalo final. Como apontado, isso foi feito para agilizar a contagem desse intervalo, sendo o cálculo corrigido sempre que possível.

negociações, caracterizando-se como um período de escolhas e de tensão para todas as partes envolvidas, especialmente para os cativos.

Em resumo, as diferentes formas de participação dos negociantes mostram o interesse e as diversas possibilidades abertas para sua inserção no mercado de escravos. Por meio das procurações, os negociantes puderam dividir em funções ou lugares específicos essa cadeia de negociação, com a combinação de seus negócios construindo a rede de transferência de cativos entre as províncias brasileiras. E, para compreenderem-se melhor o cotidiano dessas transferências e a estrutura necessária para esse comércio, busco, na sequência, reconstruir os passos e a dinâmica das transações interprovinciais, discutindo alguns de seus aspectos relevantes.

Reconstruindo a dinâmica das transferências interprovinciais

Com base nas escrituras, procurações e, também, em informações extraídas de jornais locais, consegue-se entender, de maneira mais completa, os caminhos e as formas de participação que criaram o mercado interno de escravos no Brasil. Em diferentes tempos e intensidades, o somatório dessas ações possibilitou a transferência de milhares de cativos entre as regiões brasileiras e dentro delas, com sua introdução em contextos sociais — de convívio com senhores e outros escravos — e em contextos produtivos — de organização de trabalho e tipo de cultivo realizado — que lhes eram estranhos.

Em jornais locais, comerciantes anunciavam a compra de cativos para a revenda no Sudeste. Buscavam atrair senhores interessados em receber, à vista, bons pagamentos por seus escravos, como no caso, já examinado, de Manoel Antônio Victorino de Menezes. Por meio dos anúncios ou de suas reputações, esses indivíduos apareciam como interlocutores importantes para senhores interessados em se desfazer de seus cativos. Além disso, observam-se casos nos quais esses comerciantes constituíam agentes para, em seu nome, comprar escravos no interior das províncias.⁶⁷ Com

⁶⁷ Em Pelotas, em 24 de outubro de 1877, Angelino Soveral passou uma procuração para que Bernardino Pinto Ribeiro adquirisse escravos para ele outorgante, na província do Rio Grande do Sul, transformando Bernardino, na prática e legalmente, em seu agente para aquisição de trabalhadores. Procuração bastante, 24/10/1877, APERS, Fundo: Tabelionato do município de Pelotas, Subfundo: 2º Tabelionato de Pelotas, Livro de Procurações nº 4, p. 56. Apesar de não se ter encontrado uma

isso, eles buscavam ampliar seu alcance e, logo, sua capacidade de atrair mais cativos, propondo, provavelmente, um menor preço de compra.

A partir dos grupos de escravos vendidos em Campinas, pude observar que o envio desses trabalhadores ou as viagens dos negociantes realizavam-se quando havia um determinado número de cativos em sua posse. Nos entrepostos de comercialização e nos pontos de saída das províncias, a formação de grupos de trabalhadores esperando seu envio ou aguardando navios faria com que fosse necessário conservá-los juntos por algum tempo, o que exigiria um espaço estabelecido para mantê-los até o início dessas viagens.

O caso dos escravos rebelados na casa de comissão de um comerciante do Rio de Janeiro, analisado por Sidney Chalhoub, mostra um espaço de concentração desses trabalhadores comercializados no mercado nacional.⁶⁸ Ao longo da minha pesquisa, consegui encontrar apenas uma estrutura semelhante, de propriedade de Manoel Antônio Victorino de Menezes, em Desterro, a que cheguei não a partir das fontes relacionadas com compra e venda de cativos, mas buscando nominalmente esse personagem em outras fontes — no caso específico, o Relatório do Chefe de Polícia de Desterro, de 1885. Entre outras ocorrências, o relatório informa um arrombamento realizado em uma pequena casa próxima ao porto da cidade, no bairro da Figueira,⁶⁹ casa de propriedade de Victorino de Menezes, na época já falecido, cujo nome serviu para designar uma ruela vizinha que levava às proximidades do porto, a “travessa do Victorino de Menezes”.⁷⁰ Por ser proprietário de outra residência em Desterro, ao lado da praça central e relativamente próxima da casa na Figueira, acredito que essa possa ter sido uma casa mantida para abrigar os escravos “em trânsito”.⁷¹ Victorino

fonte comprovando essa prática por Manoel Antônio Victorino de Menezes, em alguns de seus anúncios de 1874 ele divulgou que pagaria bem a quem lhe intermediasse a venda de escravos. *O Despertador*, n. 1217, 13/10/1874, UFSC/BU, Fundo: Setor de Obras Raras.

⁶⁸ Chalhoub, *Visões da liberdade*, Capítulo 1.

⁶⁹ Relatório do Chefe de Polícia de Desterro, 1885, Arquivo Público do Estado de Santa Catarina (APESC), Fundo: documentos avulsos.

⁷⁰ A referência à rua que recebia o nome do comerciante, na verdade uma travessa, é corroborada por uma queixa, publicada em um dos periódicos de Desterro, que trata da falta de cuidados e do mato que havia crescido na “travessa do Victorino de Menezes”. *O Conservador*, n. 418, 21/04/1877, UFSC/BU, Fundo: Setor de Obras Raras.

⁷¹ Outras propriedades do negociante em Desterro estavam alugadas. Inventário de Manoel Antônio Victorino de Menezes, APESC, Fundo: Processos judiciais, Cx. 6, Pasta 94, fl. 9.

de Menezes possuía alguns escravos que ficavam em sua companhia na capital catarinense e poderiam ter auxiliado na tarefa de vigiar e manter os trabalhadores adquiridos para negociação. Essas impressões reforçam uma constatação de Oswaldo Cabral sobre a organização das atividades do negociante:

Vitorino estabeleceu o seu escritório bem no coração da cidade, na Praça, à mão, pagando de contado. Dali, segundo creio, com razões para isso, os negros que comprava eram levados para um depósito que se localizava nas proximidades do cemitério (atual rua Hoepcke), senzala que ficava então numa viela que ficou conhecida como rua do Vitorino de Menezes.⁷²

A presença desses escravos do comerciante, que ajudariam a tomar conta dos cativos adquiridos para negociação, não é de todo estranha. No caso já apontado do comerciante carioca José Moreira Veludo, a fidelidade do escravo Tomé ao comerciante resistiu até a um levante dos outros cativos na casa de comissões.⁷³ Com ou sem essa vigilância no depósito, o fato é que, depois de reunir-se um determinado número de escravos, eles eram embarcados para as regiões que pagavam valores mais altos por essa mão de obra.

Minha pesquisa reforça a interpretação de Herbert Klein, apoiada e destacada pela pesquisa de Robert Slenes, de que parte considerável dos cativos negociados foi transportada em linhas regulares de navios a vapor que ligavam o litoral brasileiro.⁷⁴ Em alguns anos, os jornais de Desterro publicaram seções sobre o “movimento do porto”, nas quais eram informadas as entradas e saídas de embarcações, os passageiros e as mercadorias transportadas. Entre esses, encontram-se cativos e comerciantes em trânsito. Em companhia de tais agentes ou mandados por eles “a entregar”,⁷⁵ os escravos teriam sido uma presença corriqueira nas linhas de vapor que ligavam cidades do litoral brasileiro.

Como apontado anteriormente, os prazos entre a outorga de uma procuração e seu uso para a venda de um escravo no Sudeste também

⁷² Oswaldo R. Cabral, *Nossa Senhora do Desterro*, v. 2 - Memória, Florianópolis: UFSC, 1972, p. 404

⁷³ Chalhoub, *Visões da liberdade*, pp. 29-35.

⁷⁴ Slenes, “The Demography and Economics of Brazilian Slavery”, pp. 134-5; Klein, “The Internal Slave Trade”.

⁷⁵ Slenes, “The Demography and Economics”, p. 123.

reforçam a possibilidade do uso contínuo de transporte marítimo. Para cerca de um terço dos escravos negociados por Victorino de Menezes, por exemplo, o prazo entre a concessão dos poderes para negociá-los — a compra dos senhores em Desterro e região — e a venda em Campinas — no caso, a revenda para o comprador final — foi menor do que 20 dias.⁷⁶ Esse período relativamente curto incluía, provavelmente, a formação de um grupo mínimo de cativos em Desterro, que era depois enviado ou viajava em companhia do comerciante até Campinas, onde era negociado.

O transporte por terra de grupos de escravos, contudo, não deve ser descartado. Muitas localidades do interior somente podiam ser alcançadas por meio de trens ou mesmo a pé, formas essas de locomoção que, às vezes, eram intercaladas com o transporte fluvial. Analisando o comércio de cativos em uma localidade do sertão baiano, Erivaldo Neves mostra que grande parte desse comércio foi realizada pelo interior, por rotas e caminhos que percorriam o sertão até as províncias de Minas Gerais e São Paulo:

Pelo interior, os comboios de cativos dos dois gêneros e diversas idades marchavam pelos tórridos caminhos dos sertões baianos e mineiros, acorrentados com gargalheiras ao pescoço para evitar fugas e sob ameaça de chicotes para manter a disciplina.⁷⁷

A imagem que se pode construir para essas transferências é muito semelhante à encontrada no tráfico interno de escravos nos Estados Unidos, com muitos cativos realizando uma parte da jornada a pé e outra em navios. Walter Johnson e Michael Tadman descrevem grupos de cativos percorrendo o interior dos estados americanos para serem vendidos como cenas relativamente comuns.⁷⁸

⁷⁶ Sendo um pouco mais específico: para 35,7% dos escravos vendidos por Victorino em Campinas, o intervalo de tempo sob os poderes do comerciante foi menor que 20 dias. Esse número cresce para 57,1% quando se observam todos os revendidos no espaço de 30 dias, tendo sido de 76 dias o prazo máximo observado. Fonte: Livros de Notas de Compra e Venda de Campinas (procurações anexas), 1º e 2º Tabelionatos de Campinas.

⁷⁷ Robert Conrad, *Tumbeiros: o tráfico de escravos para o Brasil*, São Paulo: Brasiliense, 1985, p. 191; Erivaldo Fagundes Neves, *Uma comunidade sertaneja: da sesmaria ao minifúndio (um estudo de história regional e local)*, Salvador: EDUFBA; Feira de Santana: UEFS, 1998. Apud Neves, “Sampauleiros traficantes”, pp. 108-10.

⁷⁸ Michael Tadman, *Speculators and Slaves: Masters, Traders, and Slaves in the Old South*, Madison: Wisconsin University Press, 1996, pp. 71-80; Walter Johnson, *Soul by Soul: Life inside the Antebellum Slave Market*, Cambridge: Harvard University Press, 1999. pp. 60-1, 64.

A partir da análise dos caminhos apontados pelas procurações e da transmissão dos poderes para a comercialização dos cativos, consegue-se compreender um pouco melhor a preparação envolvida em suas transferências inter-regionais. Apontou-se, aqui, a necessidade de abrigo, nas localidades vendedoras, para a reunião de cativos para o embarque e observou-se, rapidamente, as formas de transporte utilizadas. Citei o exemplo da casa de comissão do comerciante José Moreira Veludo, no Rio de Janeiro, onde escravos eram reunidos e esperavam compradores. No mínimo, dois abrigos provisórios para os trabalhadores já teriam sido necessários até aquele momento: um na região exportadora, outro no entreposto comercial. Por fim, também seria preciso um acolhimento no mercado alvo, onde eles ficariam à disposição de compradores.

Para os comerciantes residentes em Campinas, uma de suas propriedades poderia abrigar os escravos postos à venda, enquanto eram negociadas suas transferências. Já os comerciantes em trânsito podiam se abrigar em casas de conhecidos ou em hotéis, a partir dos quais realizavam seus negócios. Os anúncios publicados nos jornais de Campinas, em 1877 e 1878, sinalizam o uso de hotéis como locais de contato para os interessados em adquirir cativos:

ESCRAVOS

No Hotel Oriental há para vender cinco moleques, boas pessoas de 15 a 19 anos.⁷⁹

ESCRAVOS À VENDA

Vendem-se 4 escravos e 2 escravas de idade de 13 a 18 anos. Quem pretender dirija-se ao Hotel Esperança, rua da Constituição n. 54, que achará com quem tratar.⁸⁰

Chama a atenção a falta de assinatura nos anúncios que, de toda forma, explicitam o que estava sendo negociado e onde encontrar o responsável. Aliás, divulgam um perfil de trabalhador bastante comum no comércio interprovincial de cativos, ainda que focado em trabalhadores mais jovens do que o geralmente encontrado. Para ilustrar ainda mais a hospedagem de comerciantes nesses hotéis e, portanto, sua utilização

⁷⁹ *Diário de Campinas*, 22/11/1877, AEL, Fundo: CECULT, Microfilme MR 148.

⁸⁰ *Diário de Campinas*, 17/02/1878, AEL, Fundo: CECULT, Microfilme MR 148.

como local de negócios, tem-se o anúncio do já conhecido comerciante Angelino Soveral, residente em Pelotas/RS, que atuava em Campinas:

ESCRAVOS

Vende-se 7 crioulos moços, aptos para o serviço de roça; 2 oficiais de pedreiro, 1 é cozinheiro e 1 boleeiro.

Estes de ofício dão-se a contento.

Para ver e tratar no hotel Oriental com Angelino Soveral.⁸¹

Especialmente em relação aos dois primeiros anúncios, fica a dúvida sobre se os cativos também ficavam hospedados em cômodos do próprio hotel, para eles apropriados, ou em casas de terceiros. Nestas últimas, imagino que poderiam ocupar cômodos alugados ou arranjados por contatos para tal fim. No anúncio de Soveral, a indicação de que os cativos podiam ser vistos no hotel reforça a ideia de que estariam alojados naquele local. No caso norte-americano, relatos de ex-escravos indicam a possibilidade de ficarem alojados, nas cidades, em estabelecimentos de outros comerciantes ou de pessoas que alugavam cômodos para essa finalidade.⁸²

Outro ponto que percebi na organização desse comércio foi o tamanho do grupo de escravos trazidos para negociação. No comércio interprovincial, os trabalhadores foram transportados, em geral, em grupos de cinco a dez indivíduos, formando, assim, um conjunto que poderia ser mais facilmente controlado do que um grupo maior e, ainda assim, o comerciante obtinha certo lucro com o volume negociado.⁸³ Imaginando-se que esses negociantes viajavam sozinhos com esses

⁸¹ *Diário de Campinas*, 16/09/1877, AEL, Fundo: CECULT, Microfilme MR 148.

⁸² Tadman, *Speculators and Slaves*, pp. 73-5.

⁸³ Apesar de ter sido observada a negociação de grupos maiores de cativos, os comerciantes vendiam, geralmente, entre cinco e dez cativos em uma de suas viagens de negócio (caracterizada por várias vendas em um intervalo de poucos dias, com longo intervalo até a nova ocorrência de uma sequência de vendas). Entre os escravos vendidos em Campinas no mercado interprovincial, observei que 43,2% foram negociados em grupos de até cinco indivíduos; 32,8%, em grupos entre seis e dez cativos, e 24,0%, em grupos de mais de onze pessoas. Muitas vezes, ocorreu de uma venda de um grupo de cinco ou seis escravos ser seguida da venda de mais de dois cativos pelo mesmo comerciante. Ou seja, todos eles faziam parte de um mesmo grupo, mas foram negociados para compradores diferentes. Na minha leitura, isso indica que grande parte dos cativos viajou em grupos que se podem considerar como médios, com cinco a dez indivíduos, e foi vendida em um único grupo ou em divisões menores. A maior compra interprovincial registrada foi de um grupo de 25 escravos.

grupos de cativos, turmas maiores poderiam aumentar a indisciplina e os riscos, tanto de fuga quanto de uma reação mais violenta, como destacado pelos estudos realizados sobre os Estados Unidos.⁸⁴ Apesar disso, grandes grupos de escravos também foram negociados, mas sem informações precisas sobre as condições de transporte e de vigilância sobre eles, podendo-se supor a necessidade de colaboração de mais funcionários ou agentes para seu controle.

Outro ponto destacado pelas descrições desse mercado nos Estados Unidos foi a preparação dos cativos para a sua revenda. Segundo Michael Tadman, os escravos chegados de outras partes do país recebiam uma atenção especial dos comerciantes: passavam por um melhor tratamento para melhorar sua aparência, recuperando-se do desgaste da viagem.⁸⁵ O mesmo foi observado por Walter Johnson, que também relatou a preocupação dos negociantes com a busca pela cooperação dos cativos com a sua venda, demandando-lhes um bom comportamento e atitudes que facilitassem essas transferências.⁸⁶ Infelizmente, não consegui comprovar a existência desse tipo de preparativo e de conversas entre comerciante e cativos aqui no Brasil, apesar de essa prática ser plausível. Um indício disso pode ser encontrado na literatura da época:

Os corretores de escravos examinavam, à plena luz do sol, os negros e mo-
leques que ali estavam para serem vendidos; revistavam-lhes os dentes,
os pés e as virilhas; faziam-lhes perguntas sobre perguntas, batiam-lhes
com a biqueira do chapéu nos ombros e nas costas, experimentando-lhes
o vigor da musculatura, como se tivessem a comprar cavalos.⁸⁷

O trecho acima, relatando o exame e a avaliação dos escravos durante sua negociação para posterior embarque, foi retratado por Aluísio Azevedo em *O mulato* e faz parte de uma passagem na qual o autor descreve o porto de São Luís do Maranhão, revelando a importância e a recorrência desse comércio. Tal descrição não teria causado, possivel-

⁸⁴ Tadman, *Speculators and Slaves*, pp. 71-7; Johnson, *Soul by Soul*, pp. 60-1.

⁸⁵ Tadman, *Speculators and Slaves*, pp. 98-100. A mesma preocupação com a recuperação e melhora da aparência dos cativos também foi apontada por Walter Johnson. Johnson, *Soul by Soul*, p. 119.

⁸⁶ Johnson, *Soul by Soul*, pp. 128-30; Tadman, *Speculators and Slaves*, p. 101.

⁸⁷ Aluísio Azevedo, *O mulato*, São Paulo: Ática, 1996, p. 16. Essa obra foi originalmente publicada em 1881.

mente, estranheza aos leitores acostumados a tais cenas na sociedade escravista brasileira e serviu, sim, para situar ou relembrar as relações cotidianas de então. Sua descrição é interessante por revelar que a avaliação do cativo não se restringia apenas ao exame físico, mas passava também por questionamentos que poderiam autenticar a veracidade de informações sobre suas capacidades e experiências profissionais e sobre sua disciplina. Ela indica, ainda, a possibilidade de as práticas de negociantes norte-americanos terem sido também usadas pelos brasileiros, em uma tentativa de valorizar os trabalhadores negociados.

Considerações finais

Com a análise desenvolvida neste artigo, espero ter contribuído para a compreensão da organização e da prática cotidiana do mercado interno de cativos. Partindo de indícios levantados por Robert Slenes e de conceitos por ele desenvolvidos, o presente artigo avança na problematização das estratégias de atuação de comerciantes de escravos na segunda metade do século XIX no Brasil. Ao analisar negociantes de diferentes regiões do país e de variados portes, identificaram-se as formas de atuação que permitiram a construção de uma rede nacional de comércio de cativos. São desvendados, dessa forma, diversos caminhos e ações que tornaram possíveis as transferências analisadas por outras pesquisas relativas ao comércio interno de cativos, como as de José Flávio Motta e Joyce Oliveira, abrindo um campo de debates mais aprofundado sobre essa temática. Procurei demonstrar novos dados que indicam, de forma clara, a organização desse negócio, a importância dos entrepostos para a montagem dessas redes e as diversas possibilidades de arranjos e formas de atuação dos comerciantes.

Pequenos e grandes negociantes, especializados ou não, todos utilizaram as procurações para transferir cativos de suas localidades de origem para centros provinciais ou mesmo entrepostos nacionais de comercialização. A diferença de preço entre os escravos de diferentes regiões do Brasil impulsionava essas transferências por parte dos negociantes, que usavam seus contatos comerciais para inserir os trabalhadores de diversas regiões nesse mercado nacional. Enfatizo, por fim, que a constituição

desse negócio se deu a partir da conexão entre comerciantes espalhados por todo o Brasil. Apesar dos riscos, a transferência de cativos era um negócio que não exigia significativos investimentos e estruturas, podendo, portanto, ser percebido como lucrativo, mesmo por seus participantes eventuais ou não especializados.

Recebido em 18/9/2015 e aprovado em 19/7/2016.

Resumo

Este artigo tem como objetivo discutir a construção e a organização das redes nacionais de comércio de escravos na segunda metade do século XIX. Buscou-se a compreensão desse comércio na prática, por meio da análise da atuação dos negociantes e das estruturas que usavam para realizar cotidianamente seu comércio. Dessa forma, podem-se perceber as variadas estratégias dos indivíduos que construíram essas transferências e a participação de pequenos e grandes negociantes em diferentes regiões do país.

Palavras-chave: comércio de escravos - negociantes - tráfico interno.

Abstract:

This article discusses the making of national networks of slave trade in the second half of the nineteenth century. The paper's goal is to understand the functioning of the daily practice of the commerce of slaves, by analyzing the activity of dealers and perceiving how the structures work in a daily basis. Therefore, the purpose is to look at a variety of strategies small and large dealers applied in order to build their business in different regions of the country.

Keywords: slave trade - dealers - domestic slave trade.